13:31 46%

MÍRIAM LEITÃO

blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao
miriamleitao@oglobo.com.br
Com Ana Carolina Diniz

Crise gaúcha e a negação da ciência

A economia do Rio Grande do Sul deverá sentir os efeitos dessa inundação por muito tempo, mesmo depois de superado o pior da tragédia. É uma economia que enfrentou crises climáticas em três dos últimos cinco anos. Pelo fato de ter acontecido em maio, a perda imediata será menor porque atinge os 20% da safra não colhida, mas a perda de capital é mais difícil de superar. Para a economia do país é uma nova complicação, num quadro já complexo. O Banco Central ontem reduziu o ritmo do corte dos juros, em parte pelo aumento das pressões por mais gasto público, mas deu a impressão de estar dividido politicamente.

As perdas humanas são irreparáveis e a dor dos gaúchos comove o país. As cenas estarrecedoras do quase naufrágio de um estado inteiro, e os relatos das pessoas sem água potável no meio de uma inundação lembram todos os cenários dramáticos que os cientistas vêm descrevendo há anos. O pior é saber que no Congresso brasileiro aumentou o ritmo da marcha pela destruição ambiental dos biomas brasileiros. O Observatório do Clima fez uma lista de 21 projetos lesivos ao meio ambiente que avançam no Congresso.

Um deles tem o potencial de desmatamento 30 vezes maior do que o que ocorreu no ano passado. Outro, se aprovado, significará o desmatamento de 32% do Pampa. É é de autoria de um deputado do Rio Grande do Sul, Lucas Redecker.

— Se durante o governo Bolsonaro havia quatro ou cinco projetos em situação de aprovação iminente, agora isso saltou para 20. O que significa isso? A agenda que era de Bolsonaro atravessou a rua e agora está no Congresso — diz Marcio Astrini, coordenador do Observatório do Clima.

Ontem, não foi votado na CCJ do Senado o relatório do senador Marcio Bittar favorável ao projeto do senador Jaime Bagattoli que permite a redução da reserva legal na Amazônia nos municípios onde houver 50% do território de áreas protegidas. Bittar está de licença médica. Só por isso esse projeto não avançou. Mas ele é demolidor, segundo nota técnica do MMA. Bittar já havia apresentado em 2019, junto com o senador Flávio Bolsonaro, um projeto (que não prosperou) ainda mais radical: simplesmente acabava com a reserva legal.

Quem nega a ciência contrata a morte. Os defensores desses projetos de ataque aos biomas são negacionistas. Eles estão decidindo, por nós, que o país deve correr o risco do desequilíbrio ambiental, como o que faz com que o Rio Grande do Sul viva esses dias terríveis. O estado começou o ano passado na seca, terminou inundado, e agora enfrenta a segunda grande enchente em poucos meses. Os negacionistas decidem também que o país pode continuar destruindo a Amazônia, mesmo com a grande seca vivida pelos rios da região. O país inteiro tem sinais evidentes de distúrbio no clima, mas a marcha da destruição continua.

Quem nega a ciência contrata a morte. Congresso faz sua marcha da destruição, enquanto o Rio Grande do Sul enfrenta drama

No curtíssimo prazo é preciso socorrer os gaúchos com todo o tipo de ajuda, da voluntária à governamental. É uma emergência social e climática. No médio prazo terá que haver um plano para a economia gaúcha, mas não será fácil. O estado tem sido castigado sucessivamente.

— O estrago vai deixar uma marca importante. O que eu acho preocupante é o efeito de longo prazo. A economia gaúcha é madura, com um setor agropecuário de relevância, mas que tem enfrentado uma sequência longa de desastres. Há claramente uma destruição de equipamento físico muito relevante, uma perda de capital recorrente muito difícil de ser recomposta. Principalmente em uma área onde há tanta propriedade menor, e empreendimentos familiares — avalia o economista José Roberto Mendonça de Barros.

Na economia brasileira como um todo haverá uma perda de PIB, mas não forte, e um aumento de pelo menos 0,1 ponto percentual no IPCA com a queda da produção gaúcha. A ajuda ao Rio Grande do Sul que deve ocorrer e ser célere, mas não pode ser vista como uma porta para mais gastos em outras áreas ou outros estados.

A redução da queda dos juros foi um sinal ruim por dois motivos. Os juros de 10,5% são muito altos e a diretoria ficou dividida entre quem foi indicado por Bolsonaro, e quem foi escolhido pelo presidente Lula. Mas isso é apenas um ruído imediato, que pode ser superado. Resgatar os gaúchos dessa crise é problema mais grave, e que fica mais difícil diante de um Congresso insensível a todos os sinais do clima e incapaz de ouvir a ciência.

Senado autoriza antecipar R$ 15,7 bi em gastos

Ampliação de despesas no Orçamento deveria ser decidida a partir do fim do mês, mas projeto de lei permite aumento para já. Parte dos recursos pagará emendas parlamentares que haviam sido vetadas pelo Planalto

LAURIBERTO POMPEU
lauriberto.pompeu@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

O Senado aprovou ontem, por 41 votos a 28, a antecipação de R$ 15,7 bilhões em despesas no Orçamento federal deste ano. O dispositivo foi incluído no projeto de lei (PL) que recria o seguro DPVAT (Danos Pessoais por Veículos Automotores Terrestres). A ideia é que o valor faça parte de um acordo entre governo e Congresso, na análise de vetos presidenciais no Orçamento.

Como não passou por mudanças em relação ao que foi aprovado na Câmara, o PL agora é enviado para a sanção ou veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Esse valor será incorporado à base de cálculo do arcabouço fiscal e poderá ser usado todos os anos, com acréscimo da inflação. A margem para o aumento de despesas faz parte de uma estratégia do governo para atender diversas pressões por mais gastos.

Uma delas é a movimentação do Congresso para derrubar o veto feito pelo Palácio do Planalto em R$ 5,6 bilhões em emendas de comissão, ao publicar a lei que estabelece o Orçamento de 2024. O governo tenta chegar a um acordo para que o veto seja mantido parcialmente, com a preservação de R$ 3,6 bilhões para o manejo de parlamentares.

— Desses R$ 15 bilhões, uma parte é para o acordo que foi feito na emenda, mas o restante vai ser consumido, muito provavelmente, na questão do Rio Grande do Sul — disse o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), que foi o relator do texto.

APOIO DE ALCOLUMBRE

Após sucessivos adiamentos, a pedido da base governista, uma sessão do Congresso para analisar vetos presidenciais em leis aprovadas no Legislativo está marcada para hoje. Além do veto nas emendas de comissão, também estão previstas derrubadas de vetos em um calendário de liberação de emendas e no projeto que restringia a "saidinha" dos presos.

NOVAS STRINGS/AGÊNCIA SENADO

Plenário. Aprovação foi por 41 votos a favor e 28, contra; base governista prometeu veto pedido por opositor

O texto atual do arcabouço fiscal já permitia ao governo federal ampliar as despesas neste ano, caso haja a avaliação de que a previsão de receitas é melhor que a arrecadação do ano passado. Essa ampliação, pelas regras de hoje, seria feita a partir do relatório de avaliação de receitas e despesas a ser divulgado em 22 de maio.

O PL aprovado ontem antecipa essa liberação com base no relatório divulgado em 22 de março. Além disso, dispensa a análise do Congresso sobre o destino da verba, atribuindo essa definição para um ato do Poder Executivo.

Além de Wagner, a aprovação da medida contou com a articulação do senador Davi Alcolumbre (União-AP), presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Ex-presidente da Casa, ele deseja voltar ao comando no ano que vem e quer ter o apoio do governo.

Por outro lado, a medida contou com a resistência da oposição, que se manifestou contra a volta do DPVAT e criticou a medida de antecipar o volume de despesas. De acordo com o líder do governo, a taxa do seguro ficaria em torno de R$ 50, mas ainda será definida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

Para reduzir a resistência, Wagner anunciou que o governo vai atender, com um veto parcial, um pedido do senador Alan Rick (União-AC), de retirar o trecho que pune o motorista que atrasa o pagamento do seguro. De acordo com o texto atual, há multa de R$ 195,23 e desconto de cinco pontos na Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

Planalto resiste a separar benefícios e salário mínimo

Proposta, que moderaria reajustes de BPC e abono, é defendida por Tebet. Haddad recomendou artigo com sugestão similar

SÉRGIO ROXO
sergio.roxo@sp.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva avaliam como remota a chance de o governo adotar uma proposta para desindexar os reajustes de programas como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o abono salarial dos aumentos do salário mínimo. A ideia tem sido apresentada pela ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet.

Embora Tebet ainda não tenha apresentado uma proposta concreta, ela tem defendido uma discussão sobre o tema. Auxiliares de Lula avaliam que isso faz parte de uma articulação com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Na semana passada, o ministro recomendou, em postagem numa rede social, um artigo de Bráulio Borges, economista sênior da LCA Consultores e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), que defende a desindexação.

Pessoas próximas a Lula garantem que propostas como essa, por ora, não terão o respaldo do Palácio do Planalto porque teriam um enorme impacto político, principalmente para a parcela mais pobre da população. Na segunda-feira, a presidente nacional do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann (PR), rebateu a defesa da desindexação feita por Tebet.

GABRIEL RIBS/VALOR/3-5-2024

Nova regra. Pasta comandada por Tebet sugere nova regra de reajuste

Em entrevista ao jornal Valor, a ministra revelou que, entre as medidas em estudo por sua pasta para reduzir os gastos do governo, está a possibilidade de que esses benefícios sejam corrigidos apenas pela inflação. Com a indexação, os benefícios seguem a regra de reajuste do salário mínimo, retomada no ano passado com a volta de Lula ao poder. Por ela, o mínimo é reajustado com base no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes e na inflação do ano anterior.

FÔLEGO FISCAL

Tebet disse ao Valor ter dúvidas que o país tenha fôlego fiscal para manter essa política de correção também para os benefícios. Uma das propostas do Planejamento é adotar um reajuste menor, por exemplo, acrescentando 1% à atualização pelo IPCA, principal índice de inflação do país.

Hoje, o BPC e o abono salarial consomem R$ 100 bilhões em gastos por ano. Nas contas da Fazenda, a cada R$ 1 de aumento no mínimo, os gastos indexados, incluindo a Previdência, sobem por volta de R$ 350 milhões ao ano.

AVISO DE ABERTURA DE CONTRATAÇÃO DIRETA - COTEP 25/2024

O ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, torna pública a realização de Dispensa Eletrônica 25/2024, com critério de julgamento menor preço, por meio do site www.compras.mg.gov.br, na hipótese do art. 75, II, visando à aquisição de viatura motocicleta (primeiro uso), sob a forma de entrega integral, conforme especificações e condições constantes deste aviso de dispensa de licitação por valor e dos seus anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da resolução SEPLAG nº 034, de 24 de março de 2023, e demais legislações aplicáveis. O cadastramento de propostas inicia-se no momento em que for publicado o Aviso de Contratação Direta no Portal de Compras e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para realização da sessão de lances. Período de lances: de 14/05/2024 às 08:00 horas até 14/05/2024 às 14:00 horas, no sítio eletrônico www.compras.mg.gov.br. O Aviso de Contratação Direta poderá ser obtido no referido site. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, Rodovia Papa João Paulo II, nº 4143, Edifício Minas, 6º andar, Serra Verde, Cidade Administrativa, Belo Horizonte, 07 de maio de 2024. Camilla Aparecida Drummond – Superintendente de Infraestrutura e Logística.

MINAS GERAIS